

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: AFINAL DO QUE SE  
TRATA?**

**SENDY MACHADO COSTA**

MARIANA  
2018

SENDY MACHADO COSTA

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: AFINAL DO QUE SE TRATA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Alves Carrara.

MARIANA

2018

C837f Costa, Sedy Machado.  
Fundamentos do Serviço Social [manuscrito]: afinal do que se trata? / Sedy Machado Costa. - 2018.

70f.:

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Virgínia Alves Carrara.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Serviço social - Teses. 2. Projetos sociais - Brasil - Teses. I. Carrara, Virgínia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: AFINAL DO QUE SE TRATA?

DISCENTE: SENDY MACHADO COSTA

ORIENTADOR (A): PROF. DRª VIRGÍNIA ALVES CARRARA

Trabalho de Conclusão de curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

APROVADO: 25/JUNHO/2018

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Drª Virgínia Alves Carrara  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Drª Cristiane Silva Tomaz

  
\_\_\_\_\_  
Profª Ms. Paula Silva Leão

Dedico este trabalho, a vocês, Tauany e Júlia. Minhas preciosidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por me permitir chegar até aqui.

Agradeço minha mãe Rosangela por todo suporte que me forneceu. Por ter sonhado junto comigo os meus sonhos, por me ajudar a perseverar até o fim, e por perder as suas tardes de sono. E acima de tudo, por cuidar das minhas preciosidades com todo o amor que existe dentro de você. Neste momento só me resta agradecer.

Agradeço ao meu marido Tayro, que sem mesmo compreender o que faz um assistente social sempre esteve do meu lado, nos momentos difíceis e nas crises de existência que surgiram ao longo destes anos. Sem você, mesmo que não tenha dimensão disto, este momento não seria possível. Obrigada.

Agradeço também aos meus familiares, meu pai e meus irmãos que sempre me apoiaram e vibraram comigo neste momento final.

Agradeço a minha orientadora Virgínia por me propiciar este desafio, e as suas orientações que foram sempre tão eficazes e sutis, assim como você.

Por fim, agradeço a todos que estiveram comigo nesta caminhada amigos, familiares. Agradeço a todas as contribuições e afeto. Obrigada a todos!

## RESUMO

Este trabalho objetiva compreender os fundamentos do Serviço Social a partir do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para compreender o surgimento da profissão, é preciso compreender a particularidade que o trabalho assume na sociabilidade capitalista. Na compreensão marxista acerca desta categoria, o trabalho é fundante do ser social. Neste sentido, a produção e reprodução das relações sociais são entendidas como a reprodução da totalidade da vida social. A questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais e da contradição fundamental desta forma de sociabilidade, a relação ente capital e trabalho. A institucionalização da profissão está ligada as intervenções feitas pelo Estado e empresariado, para a regulação da questão social. O assistente social é chamado a realizar a mediação dos conflitos existentes entre trabalhadores e capitalistas, resultantes da relação entre capital e o trabalho, tendo como objeto de trabalho as expressões da questão social. Para se alcançar tal objetivo, parte-se então de uma análise da história da profissão, até que se chegue à dimensão do exercício profissional, buscando apresentar os desafios contemporâneos para a sua efetivação. A compreensão do que se tratam os fundamentos do Serviço Social, se dá, na história. Na perspectiva da totalidade histórica.

**PALAVRAS-CHAVES:** Serviço Social, Fundamentos, Projeto Ético Político.

## **ABSTRACT**

This paper aims to understand the foundations of Social Service based on the current Ethical-Political Project of Social Service. To understand the emergence of the profession, one must understand the particularity that labor assumes in capitalist sociability. In the Marxist understanding of this category, work is the foundation of the social being. In this sense, the production and reproduction of social relations are understood as the reproduction of the totality of social life. The social question is the set of expressions of social inequalities and the fundamental contradiction of this form of sociability, the relation between capital and labor. The institutionalization of the profession is linked to the interventions made by the state and business, to regulate the social issue. The social worker is called to carry out the mediation of conflicts between workers and capitalists resulting from the capital and labor relation, having as object of work the expressions of the social question. In order to achieve this goal, we start with an analysis of the history of the profession, until it reaches the dimension of professional exercise, seeking to present the contemporary challenges for its effectiveness. The understanding of what the foundations of Social Service are all about, in history. From the perspective of historical totality.

**KEY WORDS:** Social Work, Fundamentals, Political Ethical Project

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA – APROXIMAÇÃO DAS CATEGORIAS DE COMPREENSÃO DA PROFISSÃO .....	11
1.1 Capitalismo monopolista: trabalho e questão social .....	11
1.2 Gênese e Institucionalização do Serviço Social no Brasil.....	17
1.3 Renovação do Serviço Social no Brasil: cientificidade, laicização e pluralismo..	33
2. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL.....	45
2.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social.....	45
2.2 O trabalho do Assistente Social na contemporaneidade: avanços e desafios ....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS - AFINAL DO QUE SE TRATAM OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL?.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado – Fundamentos do Serviço Social: Afinal de que se trata? Tem por objetivo abordar o que são os fundamentos do Serviço Social, a partir do atual Projeto Ético-Político. Este estudo parte de inquietações que foram surgindo durante as disciplinas de Fundamentos I, II e III do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e de minha inserção no campo de estágio.

A formação e a prática profissional, enquanto trabalho do assistente social, estão pautadas por diversos dilemas contemporâneos, e isso destaca a complexidade que perpassa a profissão. Foi a partir do estágio supervisionado realizado no Centro de Referência especializado de Assistência Social – CREAS do município de Mariana, que estes dilemas vieram à tona. Porque estudar fundamentos do Serviço Social? Qual a sua importância na prática profissional? Foram estas perguntas norteadoras que fizeram com que este tema fosse estudado.

Ao longo do estágio supervisionado, foi possível perceber que o profissional, necessita responder algumas demandas de forma imediata e pontual. Desta forma, como é possível responder as demandas dos usuários e as demandas institucionais, pautados na direção social assumida pela categoria? Com o objetivo geral de pesquisar no atual projeto ético-político da profissão de que forma se expressam os fundamentos do Serviço Social e objetivos específicos de: 1- Revisar o debate sobre os fundamentos da profissão; 2- Identificar como são expressos os fundamentos da profissão; 3- Analisar e descrever o processo de construção do atual projeto ético-político da profissão; 4- Identificar a partir de uma análise teórica quais são os desafios contemporâneos para a efetivação do projeto ético-político ancorado nos fundamentos do Serviço Social.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, a partir da indicação de livros pela orientadora do trabalho, por meio de leituras de artigos, textos e livros compatíveis com o tema e com a proposta desta pesquisa. Este trabalho tem como base o livro – Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - de Marilda Vilella Iamamoto (2011), além de utilizar outros autores

da bibliografia do Serviço Social como José Paulo Netto(2011), Rosangela Baltistone (2016), Otávio Ianni (2011), Yolanda Guerra (2011).

No livro Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, a autora, apresenta no capítulo três – A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social - uma polêmica acerca dos fundamentos do trabalho profissional no interior da categoria profissional. Mas o ponto de referência para este trabalho é a perspectiva desenvolvida por Lamamato, onde a autora considera o caráter contraditório do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Este trabalho se organiza em dois capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo perpassa a análise das categorias trabalho e questão social, e a particularidade que estas categorias assumem no capitalismo monopolista. Neste sentido, a produção e reprodução da vida material estão intimamente ligadas à forma que o trabalho assume nesta particularidade. Desta forma, a questão social, expressa as desigualdades sociais da sociedade capitalista, a contradição fundamental desta forma de sociabilidade a relação entre capital e trabalho.

Ainda no primeiro capítulo, trataremos a gênese e a institucionalização do Serviço Social, neste cenário de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que surge como um recurso mobilizado pelo Estado para enfrentamento da questão social da década de 1930.

Trataremos da renovação do Serviço Social, a cientificidade, laicização e o pluralismo que estavam presentes neste momento histórico. Por fim, trataremos elementos para compreender as três direções que constituem o processo de renovação do Serviço social e se manifestam: na segunda metade dos anos sessenta – a perspectiva modernizadora, na segunda metade dos anos setenta – reatualização do conservadorismo, e a última direção, no início dos anos oitenta – intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Já no segundo capítulo, como proposto nos objetivos, trataremos sobre a construção do Projeto Ético-Político Profissional, e dos instrumentos normativos legais como: a Lei de Regulamentação de 1993, o Código de Ética de 1993. Desta forma, pretende-se compreender a atuação profissional pautada nestes instrumentos, e os desafios contemporâneos para se ter uma prática profissional em consonância com os fundamentos do Serviço Social.

Por fim, encerramos este estudo respondendo a pergunta central este trabalho, Fundamentos do serviço Social: Afinal do que se trata?

## **1. O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA – APROXIMAÇÃO DAS CATEGORIAS DE COMPREENSÃO DA PROFISSÃO**

Neste capítulo, apresentaremos os aspectos sócios – históricos do Serviço Social, bem como, as categorias trabalho e questão social. Categorias<sup>1</sup> estas que permeiam a profissão. Ainda neste capítulo, serão realizadas considerações acerca da história do Serviço Social, profissão que está vinculada à produção e reprodução das relações sociais, na particularidade capitalista. Para pensar o Serviço Social é preciso pensá-lo na história, assim como os processos sociais e econômicos que demandaram esta profissão, desvendando assim o significado social desta profissão, e desta forma, compreendendo o significado de se estudar os fundamentos do Serviço Social.

### **1.1 Capitalismo monopolista: trabalho e questão social**

No final do século XIX, o capitalismo passa por profundas modificações que impactaram tanto a estrutura social quanto política das sociedades em que ele imperava. É o período do capitalismo monopolista conhecido como estágio imperialista.

Para entender esse processo, partimos da compreensão marxista de que a reprodução social está intimamente ligada ao modo de produção e reprodução da vida material.

Busca-se considerar o processo de reprodução no seu vir a ser enquanto totalidade histórica não acabada, em processo de realização. Trata-se de um conceito global, que designa um processo complexo, denso de contradições, que não só as repete, mas as reproduz de forma ampliada, desloca-as e as modifica, uma vez que, em sua continuidade, o capitalismo transforma e desagrega-se. A reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os envolva. (IAMAMOTO, 2011, p.49)

---

<sup>1</sup> As categorias são modos de ser objetivo; expressão o processo de (re)produção do ser social na história. (Barroco, 2010, p.25)

A partir da relação do trabalho<sup>2</sup>, o homem transforma a natureza, transforma-se e se constitui como ser social. “Foi através do trabalho que a humanidade se constitui como tal. [...] o trabalho é fundante do ser social<sup>3</sup>”. (NETTO, 2009, p. 37).

O desenvolvimento do ser social significa, pois, que, embora se mantenham as determinações naturais, elas são progressivamente afastadas, empurradas para trás, sofrendo um recuo. [...] O homem, portanto, é natureza historicamente transformada – mas o que é propriamente humano reside nessa transformação (autotransformação, já que propiciada pelo trabalho realizado pelos homens), que situa o homem para além da natureza e o caracteriza como ser social. (NETTO, 2009, p. 39)

Para Barroco (2010), esta condição ontológico-social confere ao trabalho um caráter universal e sócio-histórico, só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde as necessidades sócio-históricas. “O indivíduo social é um produto histórico, fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p. 38).

Uma vez que o trabalho é um ato de acionar consciente, põe e supõe o conhecimento concreto de finalidade e meios. Todo trabalho implica um certo saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condição de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados. Saber este que assume as formas de costumes, hábitos, tradições desdobrando-se em procedimentos racionalizados (Lukács, 1978). O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de idéias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real.

O processo capitalista de produção, “supõe a existência do trabalhador inteiramente despossuído, dos meios de vida necessários à sua reprodução e de

---

<sup>2</sup> Ao se privilegiar o tema trabalho, urge explicitar a ótica de análise que preside sua abordagem: o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista. (Iamamoto, 2011, p.37)

<sup>3</sup> Quando, nesse contexto, atribuímos ao trabalho e às suas consequências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividade, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico, ou seja, o trabalho é antes de mais nada, em termos genéricos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (Barroco, 2010, p.26 apud Luckács, 1979:87)

sua família” (IAMAMOTO, 2011, p. 67). O trabalho não se limita a sua finalidade imediata, que é satisfazer as necessidades básicas. Ele possibilita o desenvolvimento da capacidade humana, das forças produtivas, das relações sociais. O trabalho, só vem a ser social na troca. A troca é um processo real de igualação do produto que transforma o trabalho concreto em trabalho humano abstrato. O valor é uma relação social entre pessoas que se realiza por meio de coisas e atribui uma forma social às coisas.

A mercadoria é a contradição entre valor de uso, valor de troca, trabalho concreto, trabalho abstrato. O valor de uso sempre estará subordinado ao valor. O que move a sociedade não é satisfação das necessidades, e sim a lógica da compra e venda visando o acúmulo de capital. Na sociedade mercantil simples, os ganhos dos comerciantes se dão na circulação, na compra e na venda. O lucro se dá através da compra de mercadorias baratas e da venda por preços altos. Diferente dos ganhos do comerciante, os ganhos do capitalista não provêm da circulação, e sim na produção com a exploração da força de trabalho. Realizando o seu lucro na troca.

A circulação de mercadorias só se torna dominante quando baseada na produção capitalista, o que só ocorre quando a força de trabalho se torna mercadoria. O capital é uma relação social entre pessoas que se realiza e se expressa por meio das formas sociais das coisas, Marx (1867). Neste sentido, a reprodução das relações sociais, é entendida como reprodução da totalidade da vida social “essas novas condições históricas a metamorfoseiam a questão social inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas” (IAMAMOTO, 2011, p.107).

É necessário entender que a questão social é a expressão das desigualdades sociais expressas pelo capitalismo. Segundo lamamoto (2000, p.16-17),

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais e das lutas engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa,

portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações religiosas, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Suas diversas manifestações estão intimamente ligadas à questão de classe, e da contradição fundamental desta sociedade, a relação entre Capital e Trabalho.

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo. (IAMAMOTO, 2011, p. 52 apud FINELLI, 2003:101).

O capitalismo monopolista transforma a livre concorrência em uma luta pela sobrevivência entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, ainda não monopolizados. A monopolização modifica completamente a divisão internacional capitalista do trabalho, ela “conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados” (NETTO, 2011, p. 24). No capitalismo monopolista, existe a polarização de duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. Relação esta que está intimamente ligada à relação de exploração e domínio, onde o trabalho deixa de atender às necessidades básicas do ser social, para atender o capital. Desta forma, retira-se do excedente (trabalho não pago pelos capitalistas), a mais-valia.

Aprender a forma específica de individualidade ou de sociabilidade humana que ai é construída, indissociável do caráter histórico social que demarca as relações sociais e o trabalho dos produtores mercantis. As condições sociais em que a riqueza social é produzida e a forma social que assume – a forma do valor de troca – imprimem particularidades às relações sociais [...] desdobram-se no capital, na propriedade territorial capitalista e no trabalho assalariado. (IAMAMOTO, 2011, p. 46).

Dessa forma, é necessária a refuncionalização e o redimensionamento do Estado para que essa maximização dos lucros possa se efetivar. A lei geral desta acumulação implica a acumulação de riqueza de um lado e ao mesmo tempo, a extrema pobreza de outro. O Estado sempre fez intervenções na economia capitalista, mas de maneira muito emergencial, pontual, agindo como “guardião das condições externas da produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 25). Com o capitalismo monopolista, essa intervenção torna-se contínua e sistemática, as funções políticas e as funções econômicas do Estado se articulam com o objetivo de garantir os superlucros dos monopólios.

Segundo Netto (2011), o Estado assume funções econômicas diretas e indiretas e atua como instrumento de organização da economia, administrando os ciclos de crise. Ele se torna funcional ao capitalismo monopolista, o “comitê executivo” da burguesia agindo para que as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista se tornem possíveis.

O financiamento do próprio aparelho estatal e a manutenção da força física dos trabalhadores, ocupados e excedentes, se torna essencial para garantir os superlucros. Diferentemente do capitalismo concorrencial, onde o Estado intervinha sobre a força de trabalho apenas para responder:

Básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo, ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem (NETTO, 2011, p. 26).

Esta intervenção estatal está agora, também, condicionada às enormes dificuldades encontradas pela reprodução capitalista em relação à valorização do capital.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizentes com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista

e das políticas econômicas e sociais implementadas. (IAMAMOTO, 2011, p. 53).

A lógica capitalista degrada as condições de vida dos trabalhadores, desta forma, o Estado passa a garantir a reprodução e a manutenção da força de trabalho, onde a mão-de-obra ocupada e a excedente, começa a ter acesso ao mercado. Ele também é responsável por garantir as condições para que os trabalhadores deixem suas terras e se mudem para outros locais de acordo com os interesses do capital, buscando sustentar-se e legitimar-se socialmente e politicamente. Assim:

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, gerações, etnias, regiões e meio ambiente, que enraizadas nas particularidades nacionais, impõe novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2011, p.54).

No capitalismo monopolista, as expressões da questão social se acirram. Desta forma, a burguesia reconhece a necessidade de responder as demandas sociais. O Estado incorpora estas demandas criando, assim, respostas para garantir a sua manutenção.

Foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais. (IAMAMOTO, 2000, p. 17).

Devemos registrar aqui que o Estado, por sua vez, adota medidas que atendem a interesses antagônicos. O enfrentamento da questão social se dará através dos serviços sociais, por meio das políticas públicas – fragmentadas, focalizadas, pontuais - que passaram a ser regidos pelo Estado e são enfrentadas como problemáticas particulares, de cada indivíduo, e não como produto da contradição fundante desta sociabilidade. A questão social, segundo iamamoto

(2011), percorre toda a história do Brasil, passado desde a questão do voluntariado até as intrínsecas circunstâncias sociais advindas do processo de exclusão. Assim:

Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto um processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz, essas mesmas relações de produção, e com isso, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a natureza entre si, em que elas produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais que, no entanto, são, ao mesmo tempo, portadoras das relações sociais determinadas nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, *pressupostos* e, por outro, *resultados e criações do processo de produção capitalista*: são por ele produzidos e reproduzidos. (IAMAMOTO, 2011, p.56 apud MARX, 1985b: 272, t. III, v. V)

## **1.2 Gênese e Institucionalização do Serviço Social no Brasil**

É nesse cenário de transformações econômicas, sociais e políticas do capitalismo monopolista, que se torna possível o surgimento e a legitimação do Serviço Social enquanto profissão. As lutas de classes, o agravamento das expressões da questão social, a emergência do mercado de trabalho, a refuncionalização e o redimensionamento do Estado, foram alguns dos fatores que demandaram o profissional do Serviço Social.

A partir desta concepção é necessário pensar o papel político que assume a profissão no contexto de contraditório entre as classes sociais antagônicas, compreender que a atuação profissional está ligada de forma direta aos interesses de classes, e da correlação de forças presentes nos espaços institucionais no qual o profissional está inserido.

O surgimento do Serviço Social ocorre a partir das diversas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira e das frações de classes e instituições sofreram. Esse surgimento se dá no seio do bloco católico e seu desenvolvimento ocorre:

No momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 226)

A institucionalização da profissão está ligada as intervenções feitas pelo Estado nos processos regulatórios sociais. As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento<sup>4</sup> da questão social, a partir dos anos 30.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO 2011, p. 132).

Os assistentes sociais se inserem no mercado de trabalho, na divisão social e técnica do trabalho, e ao mesmo tempo em que são funcionais para a manutenção da lógica monopolista, sofrem as consequências deste processo, pois se tornam trabalhadores assalariados, vendedores de sua força de trabalho.

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (NETTO, 2011, p.73)

---

<sup>4</sup>De um lado, ampliam-se as necessidades não atendidas da maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. De outro lado, esse quadro choca-se com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais, coerente com os postulados neoliberais para a área social. (IAMAMOTO, 2011, p. 148).

Segundo Iamamoto e Carvalho (apud NETTO, 2011, p. 77), o travejamento ideológico original do Serviço Social tende “ao reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente”.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, segundo Iamamoto e Carvalho (2011), começam a surgir obras e instituições que possibilitam a manifestação das primeiras formas do Serviço Social, as chamadas “Protoformas do Serviço Social” (p. 176). A formação e a ação dos primeiros assistentes sociais sofrem grande influência do neotomismo.

No final do século XIX e início do século XX, há uma retomada da filosofia de Santo Tomás de Aquino, conhecida como tomismo. Segundo Aguiar, (2011, p. 59), o tomismo é uma:

Filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino, no século XIII, que vigorou por muito tempo, sendo praticamente esquecida no século XVIII. Os principais pontos tratados pelo filósofo foram: “a relação entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade”. O tomismo tinha como pressupostos: Deus, a pessoa humana e o bem comum. A racionalidade e a inteligência levam à dignidade e à perfeição da pessoa humana, e isto faz com que ela chegue até Deus. Essa racionalidade também leva o homem a um nível de desenvolvimento, que o leva a se tornar um ser social. Este ser necessita viver em sociedade e buscar o bem comum, fazer com que os benefícios sejam distribuídos a todos, garantindo o bem estar da sociedade

Essa restauração do tomismo, agora denominada de neotomismo, ocorre segundo Aguiar (2011), através da publicação da encíclica *Aeterni Patris* do Papa Leão XIII, que coloca a necessidade de se adequar algumas teorias da filosofia, ao progresso científico emergente naquele momento.

É a partir da sua relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social vai fundamentar seus primeiros objetivos políticos e sociais. As exigências da reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos explicitam-se em demandas por bens e serviços, pressionam o Estado por uma ação assistencial. Ações estas que objetivavam a regulação das estratégias dos

processos econômicos e sociais, fundamentadas na justificativa de conciliar interesses inconciliáveis, ou seja, favorecer a industrialização e controle social para a legitimação do modo de produção capitalista, sem ter no horizonte uma perspectiva de superação da desigualdade entre as classes sociais antagônicas, a burguesia e o proletariado.

Alguns fatores marcam esse momento de manifestação das primeiras formas do Serviço Social, no Brasil, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2011, p. 176):

O que se poderia considerar como *protoformas* do Serviço Social, como hoje é entendido, tem sua base nas obras e instituições que começam a “brotar” após o fim da Primeira Guerra Mundial. Caracteriza esse momento, no plano externo, o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento popular operário em toda a Europa. O Tratado de Versailles procura instituir internacionalmente uma nova política social mais compreensiva relativamente à classe operária. É também o momento em que surgem e se multiplicam as escolas de Serviço Social. [...] os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la.

Surgem, nesse contexto, instituições lideradas e compostas por importantes famílias da grande burguesia paulista e carioca: a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo. Essas instituições são extremamente influenciadas pelo neotomismo e se diferem das obras de caridade tradicionais mantidas pelos religiosos (clero e leigos), por possuírem recursos e contatos que lhes possibilitam planejar obras assistenciais mais importantes e com maior eficiência técnica.

Essas instituições têm como perspectiva a assistência preventiva, de apostolado social, visando atender e minimizar as expressões da “questão social”, principalmente no que tange a menores e mulheres. Nesse momento, ocorre a inserção de mulheres, não só de famílias operárias, como também da pequena burguesia, no mercado de trabalho. Em 1922 é fundada a Confederação Católica, precursora da Ação Católica. Esse contexto foi de grande relevância para a gênese do Serviço Social no Brasil.

Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.177)

Com o desenvolvimento do Movimento Laico, essas primeiras iniciativas assistenciais se multiplicam, dentro da Ação Social Católica, adquirindo a característica de apostolado social. Destacam-se as instituições que organizavam a juventude católica para agir junto à classe operária: Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Estudantil Católica; Juventude Independente Católica; Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica.

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão o surgimento do Serviço Social se constituirão a partir da mescla entre as antigas Obras Sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do Movimento Laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 178)

Com o intuito de dar maior eficiência e rendimento às iniciativas e obras filantrópicas das classes dominantes paulistas, patrocinadas pela Igreja, e de dar mais dinamismo à mobilização do laicado, surge em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com incentivo e sob o controle da hierarquia.

O CEAS iniciou-se oficialmente com o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho e contou com a participação de Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 178). Ao fim do curso, foi feito um apelo para que se fizesse uma ação social que atendesse o bem-estar da sociedade.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p.179) o principal objetivo do CEAS era:

(...) promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais”, e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.

Vale ressaltar que todo esse movimento ocorreu em um contexto específico, em que as classes dominantes do Estado de São Paulo procuram (em 1932) resgatar o poder local e nacional que haviam perdido em 1930. A Ação Social aparece com o intuito de intervir diretamente junto ao proletariado e afastá-lo de influências subversivas (o comunismo).

Até dezembro de 1932, foram fundados pelo CEAS, quatro Centros Operários, que visavam interessar e atrair as operárias, através de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene, dentre outros, estreitando contato com as classes trabalhadoras, estudando-lhes o ambiente e as necessidades.

Os Centros Operários eram vistos como um elemento de transição para as associações de classe que as elites operárias iriam formar e dirigir quando estivessem “preparadas”. “A vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas”, “a sua responsabilidade na preservação da ordem moral e social” são ressaltadas. A intervenção feminina é legitimada pelo sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado que sua posição de classe permite (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 182).

“As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.183). O CEAS promoveu diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência, etc. Em 1933, essas atividades se intensificam. Em 1936, funda-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira no Brasil.

O CEAS também criou cargos de fiscais femininos para o trabalho de mulheres e menores, no Departamento Estadual do Trabalho; atuou no Serviço de Proteção aos Migrantes em 1937; assinou contrato com o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo em 1939, para organizar três Centros Familiares em bairros populares (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Em 1935 é criado, através da lei n. 2.427, o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, subordinado à Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, ao qual caberia, dentre outros, a estruturação dos Serviços Sociais a Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social. A maior parte dos artigos dessa lei se dedica à assistência ao menor. Nesse período, há uma tendência de se valorizar o “Serviço Social de Casos Individuais”, “tratando e readaptando” o indivíduo às “condições normais de vida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 185). Em 1938, é organizada a Seção de Assistência Social e também neste ano, o Departamento Estadual do Trabalho passa a denominar-se Departamento de Serviço Social.

O Estado de São Paulo passa a intervir não só na regulamentação do mercado de trabalho e da exploração da força de trabalho, como também na gestão da assistência social e o procura fazer de forma racionalizada, reforçando e centralizando sua participação e regulando as iniciativas particulares. Houve um “convênio” entre o Estado e as instituições particulares, onde estas se tornam cada vez mais dependentes do Estado e são “cooptadas para constituir os quadros técnicos e Conselhos Consultivos das instituições estatais de coordenação e execução” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 186).

Dessa forma é que a profissão de Serviço Social se insere e se legitima dentro da divisão social-técnica do trabalho, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2011, p. 186):

O governo procurará, portanto, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares – dividindo áreas de atuação e subvencionando as instituições coordenadas pela Igreja – ao mesmo tempo em que adota as técnicas e a formação técnica especializada desenvolvidas a partir daquelas instituições particulares. Assim, a demanda por essa formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho.

Nota-se que havia uma demanda, por parte do Estado, dessa formação técnica especializada que fosse capaz de dar respostas às expressões da questão social que emergiam naquele momento. Portanto, segundo Iamamoto e Carvalho

(2011), não se pode atribuir a fundação da primeira escola de Serviço Social, em 1936, à iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico. O alcance da Escola de Serviço Social não só nos órgãos públicos, mas também em instituições particulares, demandando um grande número de Assistentes Sociais, fez com que houvesse mudanças de orientação nesta escola especializada.

A primeira mudança ocorre em 1939, quando o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo firmam convênio entre si, para a organização de Centros Familiares. Foi introduzido no currículo da Escola, o “Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 188).

Em 1940, para atender à demanda das prefeituras do interior de São Paulo, surgiu o Instituto de Serviço Social - como um desmembramento da Escola de Serviço Social, patrocinada pela Juventude Universitária Católica e destinada “à formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 188).

Bolsas de estudo são oferecidas pelas prefeituras do interior do Estado de São Paulo para que rapazes se matriculem no Instituto de Serviço Social, desde que estes assumam o compromisso de prestar serviços profissionais junto às respectivas prefeituras de origem. O número de bolsistas e de cursos intensivos de formação de auxiliares sociais cresce significativamente, sobretudo a partir de 1941.

A partir desse momento, ocorre um processo de “mercantilização” daqueles que possuem a formação técnica especializada, independente de serem moças ou rapazes, transformando essa força de trabalho, em uma mercadoria que pode ser comprada.

O portador dessa qualificação não mais necessariamente será uma moça da sociedade devotada ao apostolado social. Progressivamente se transformará num componente de Força de Trabalho, possuindo uma determinada qualificação, englobada na divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.190)

O conteúdo doutrinário da formação escolar do Assistente Social, no entanto, não deixa de existir, uma vez que esse tipo de formação é funcional às necessidades do Estado e das empresas.

O Serviço Social também se fez presente no Rio de Janeiro e cabe ressaltar alguns elementos de grande importância para o surgimento das escolas especializadas para a formação de Assistentes Sociais nessa cidade, o que ocorreu em um período relativamente curto.

A cidade do Rio de Janeiro era, naquele momento, o mais antigo pólo industrial da região Sudeste, além de ser grande centro de serviços, como transportes, portos, dentre outros e possuir grande número de proletariados. Era a capital do Brasil, onde se concentrava a administração federal, os principais aparatos da Igreja Católica, os grandes bancos, assim como os centros da direção política e econômica do país. Nesse sentido, esse contexto possibilitou maior desenvolvimento na infra-estrutura de serviços básicos, inclusive serviços assistenciais, com forte participação do Estado.

Embora diferentemente de São Paulo, verificou-se uma maior participação das instituições públicas, é possível perceber também no Rio de Janeiro, os laços estreitados com obras e instituições assistenciais.

Surgem, cronologicamente, em 1937 o Instituto de Educação Familiar e Social – composto das Escolas de Serviço Social (Instituto Social) e Educação Familiar – por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS), em 1938 a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores e, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 192)

A introdução do Serviço Social no Rio de Janeiro ocorreu a partir da “Primeira Semana de Ação Social”, em 1936, que contou com a participação de ativistas dos movimentos e grupos de ação social; dos representantes da intelectualidade católica; enfim, dos setores mais ativos do movimento católico laico e que discutia, dentre outros, sobre os problemas da habitação popular e a legislação social. “Aparece claramente o entendimento – não isento de contradições – de uma política comum em relação ao proletariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 192).

A Igreja apela para uma intervenção estatal que se limite ao estritamente necessário para a classe operária, ao mesmo tempo em que recorre às iniciativas

particulares, para garantir o desenvolvimento de sua ação social. Segundo lamamoto e Carvalho (2011, p. 193):

O governo, representado pelo titular do “Ministério da Revolução”, reafirmará o princípio da cooperação, teorizada em torno de uma sistematização da atividade social, onde sua intervenção é complementada pela da Igreja, atuando ambos solidariamente dentro do espírito da “concordata”.

A Primeira Semana de Ação Social teve duas realizações de maior destaque, onde se fez presente à solidariedade e a unificação de esforços entre a Igreja e o Estado, para o reerguimento das classes trabalhadoras: a Associação Lar Proletário – destinada a construção de habitações populares, presidida principalmente pela Sra. Darcy Vargas e que contou com apoio do sistema financeiro oficial – e o Instituto de Educação Familiar e Social – que não deixou de contar com o apoio institucional do governo, embora permanecesse no campo das iniciativas mais restritas à própria Ação Católica.

Durante essa semana também se colocou como pauta para discussão, a necessidade de uma formação técnica especializada para a prática da assistência, não só no âmbito religioso, mas também estatal e empresarial.

Segundo lamamoto e Carvalho (2011), a Assistência Pública, por meio do Juízo de Menores, apoiado pelo Ministério da Justiça, fundou em 1936 o Laboratório de Patologia Infantil. Este Laboratório reúne um grande número de intelectuais e “especialistas” católicos e leigos e a partir dele, se planeja a estruturação de uma Fundação (Associação Brasileira de Assistência Social), onde haveria um centro de estudos e um curso de formação técnica de assistentes sociais, visando auxiliar os serviços sociais do Juízo de Menores, centralizando suas obras.

Em 1936 é realizado também o primeiro curso “intensivo de serviço social”, com duração de três meses e com ênfase para o problema da “infância abandonada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011), ao mesmo tempo em que se realizava o *curso prático* de serviço social, ministrado pelas duas primeiras Assistentes Sociais paulistas recém-formadas na Bélgica. Em 1938, surge o curso regular da Escola Técnica de Serviço Social, que sob orientação leiga, diploma sua primeira turma em 1941.

Em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, que dará origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil e se constituirá como a primeira iniciativa direta do governo federal para a formação de Assistentes Sociais, embora tenha sido interrompido no período da Segunda Guerra Mundial.

Ao longo da década de 1940 surgiram diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados, a maioria sob influência das duas primeiras, de origem católica. A diferença destas para as duas primeiras foi o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que recebiam.

Embora se observe o crescimento de escolas de serviço social no país, lamamoto e Carvalho (2011, p. 198) afirmam que: “até o fim da década, o número de Assistentes Sociais diplomados será pouco superior a 300, concentrando-se em São Paulo (cidade de São Paulo) e no Distrito Federal, com esmagadora maioria de mulheres”.

A profissão estabeleceu nos seus primórdios uma interlocução com o pensamento social católico, com o pensamento conservador europeu, aproximou-se e apropriou-se de concepções estruturais e funcionalistas, do pensamento social americano, além de rudimentos da psicanálise e psicologia social. Essa aproximação teórica que configurou um modo de pensar, uma forma de conhecimento do chamado serviço social clássico, tradicional. Este conhecimento é o que se traduziu na forma de ser do Serviço Social que ele construiu também ao longo desta trajetória saberes e sistematizações ancoradas neste pensamento, mais o fez traduzindo também, na sua dimensão técnica-operativa.

A partir da década de 1940, o Serviço Social brasileiro sofrerá grande influência do pensamento norte-americano. No início, esta influência ocorrerá “através de técnicas para o agir profissional (...) que terão como pressuposto teórico o funcionalismo” (AGUIAR, 2011, p. 80). Posteriormente, no final da década de 1940 e início da década de 1950, as técnicas norte-americanas se desenvolverão juntamente com a filosofia tomista, sem que haja nesse momento, uma ruptura radical com a ideologia católica.

As assistentes sociais que foram estudar na América do Norte, retornam para o Brasil trazendo a influência do Serviço Social de Caso, Grupo e de Comunidade e

tentaram adaptar essas técnicas ao Serviço Social brasileiro para integrar e adaptar o homem à sociedade.

O Serviço Social de Casos é trabalhado pelas escolas a partir de uma concepção cristã, onde “o respeito à personalidade do cliente” (AGUIAR, 2011, p. 85) se coloca como primordial. Este foi o primeiro tipo de Serviço Social a ser ensinado no Brasil, inicialmente sob a ótica sociológica e depois, psicológica. Teve grande influência da filosofia tomista, na medida em que visava desenvolver uma atuação voltada à pessoa humana, ao bem estar comum. Trabalhava-se o indivíduo, no sentido de adaptá-lo ao meio social.

O Serviço Social de Grupos é também influenciado pelo neotomismo e está ligado aos princípios da Caridade e da Justiça, presentes no trabalho social que os católicos desenvolviam. Visa à satisfação das necessidades humanas comuns, através de grupos que proporcionam o desenvolvimento tanto dos indivíduos quanto do grupo. O Serviço Social de Comunidade, segundo Aguiar (2011), é um processo que consiste na mobilização, articulação e orientação dos esforços dos indivíduos e grupos de uma comunidade para dotá-la dos recursos indispensáveis ao bem-estar e progresso de seus próprios membros, mediante ação cooperadora.

Nesse momento, o desafio que se coloca para os Assistentes Sociais nos anos de 1950 não é mais o mercado de trabalho, mas sim a luta pelo reconhecimento da profissão e pela exclusividade, para os diplomados, no mercado de trabalho. No âmbito público, os maiores empregadores de Assistentes Sociais serão: o Departamento de Serviço Social de São Paulo, o Departamento Estadual do Trabalho e o Juízo de Menores. Já no âmbito particular, os Assistentes Sociais se inserem em obras assistenciais de maior amplitude, bem como em iniciativas do próprio CEAS. O reconhecimento do valor dos Assistentes Sociais ocorre aos poucos em ambos os campos - público e particular (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

As atividades desenvolvidas por estes profissionais esbarravam nos limites de atuação dos órgãos públicos de Serviço Social e na incapacidade das instituições particulares de assistência, que não lhes permitiam fazer encaminhamentos, o que era essencial para o Serviço Social de casos individuais existente naquele momento. A atuação dos primeiros Assistentes Sociais era “doutrinária e eminentemente assistencial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

A forma de intervenção junto aos “clientes” ocorre de acordo com a educação familiar e religiosa dessas moças da sociedade: “o recalque dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização, etc” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011, p. 230). Isso se reproduz em uma intervenção assistencialista.

As mudanças sociais e principalmente religiosas levaram as escolas de Serviço Social a se readequarem às novas demandas; estas passaram a ser “instâncias de seleção e formação de quadros subalternos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 233). O Assistente Social precisa ter uma série de características, dentre as principais: inteligência e vontade. A formação do Assistente Social passa a se dividir em quatro áreas: científica, técnica, moral e doutrinária. As diversas mudanças pelas quais o Brasil passou, impõem à Igreja que esta assuma uma função de militância, atuando sobre a sociedade civil e reafirmando sua posição de controle das classes subalternas. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 226):

A reorganização do bloco católico, que se faz com base na experiência e modelos já testados na Itália e França, terá por objetivo definido o enquadramento político e ideológico daqueles setores da população, a partir da ação das organizações do movimento católico leigo.

O Serviço Social se configura como um importante aliado da Igreja na luta pela reconquista de seus privilégios e prerrogativas materiais e ideológicas, da defesa de seus interesses políticos e principalmente, na luta contra o socialismo. “O fulcro de sua atuação ainda embrionária será a ação doutrinária. Reconquistar as massas, ir ao povo, liberá-lo da influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo ético cristão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 227).

Algumas das características das bases do Serviço Social brasileiro são: o autoritarismo; o paternalismo; origem no sistema de ensino mantido pela Igreja e pelas modernas obras sociais; constituição a partir de moças e senhoras da sociedade; ter alguma forma de militância nos meios católicos (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011).

Aglutinando setores sociais deslocados do poder – por eles anteriormente mantido ou ao qual se aliavam – a ação social, o apostolado social representa uma forma particular de atuação política, realizada através do movimento católico, que é uma forma de intervenção no controle social e político das classes subalternas. Atuação e intervenção políticas à qual se dedicam prioritariamente segmentos femininos desses setores. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011, p. 230)

Podemos concluir que a gênese da institucionalização do Serviço Social brasileiro sofreu grande influência européia e norte-americana, mas tanto em seu surgimento quanto no desenvolvimento, teve suas características próprias e pode-se dizer que os Assistentes Sociais: “ao pretender atuar sobre a questão social, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da questão social, para atuar sobre seus efeitos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 245). Ou seja, o Assistente Social buscará tratar o indivíduo, reajustá-lo ao meio, mantendo a ordem e a paz social e não entender, estudar as causas da questão social.

As mudanças econômico-sociais ocorridas no final da década de 1950 exigiram do Serviço Social uma nova forma de intervenção sobre as expressões da questão social. O Serviço Social de Caso e de Grupo já não se mostravam eficientes e começava a se desenvolver o Serviço Social de Comunidade.

Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal). Onde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem “comunitária” enquanto “outro processo” profissional. (NETTO, 2009, p. 137)

Já na década de 1960, ocorre uma série de mudanças para a sociedade brasileira. Por um lado, o desenvolvimento econômico do país, por outro, a miséria social da população. Os progressos científicos e tecnológicos do Brasil não impediam que a população continuasse cada vez mais pobre. Nesse momento, acontecem inúmeros Seminários de Serviço Social, que pretendem nortear a ação dos assistentes sociais e é nesse período, que o Serviço Social de Comunidade

possui um grande desenvolvimento, numa tentativa de adaptar os sujeitos ao processo de desenvolvimento do país e adequá-los à ordem.

O Serviço Social neste período é visto como uma profissão interventiva e educativa, se colocando como uma das estratégias do Estado para responder as expressões da questão social. O desenvolvimento de comunidade é uma estratégia imperialista para impor um determinado tipo de desenvolvimento para atender as demandas do capital.

Este estímulo ao desenvolvimento de comunidade e à renovação das equipes técnicas e dos quadros profissionais não deve ser visto como uma proposta singular ou dirigida fundamentalmente para orientar a prática profissional dos assistentes sociais. Ao contrário: tudo isso deve ser visualizado como integrante da ampla estratégia com a qual os países desenvolvidos – e especialmente os Estados Unidos – procuravam criar as condições (políticas, administrativas e culturais) mais propícias para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e do mercado latino-americano sob sua hegemonia financeira (MANRIQUE CASTRO, 2010, p. 134).

Neste sentido, o Desenvolvimento de Comunidade no pós-guerra promove um desenvolvimento abstrato que permite sua integração com os outros países da América Latina sem que as suas questões internas sejam resolvidas, assim, os Estados Unidos, busca uma integração dependente que favoreça a hegemonia do capital financeiro. “Com efeito, existiam apenas umas poucas profissões aptas para se adequarem a estas novas demandas, [...] a Pedagogia e o Serviço Social”. (MANRIQUE CASTRO, 2010, p.135). Este processo configura para o exercício profissional uma atuação pragmática.

O assistente social foi o profissional convocado para ocupar-se do “social” no interior das equipes multidisciplinares que se formavam nos diversos centros de especialização. Deste modo, o Serviço Social, foi também a profissão que mais precocemente ficou exposta as teorias funcionalistas e à influência das colocações desenvolvimentistas – viabilizadas, no seu caso particular pelo campo aberto com as políticas de desenvolvimento de comunidade. (MANRIQUE CASTRO, 2010, p.135).

Manrique Castro (2010) afirma que a vigência da “tradição profissional” foi importante para o desenvolvimento de comunidade, pois permitiu uma difusão ativa dos métodos de intervenção profissional, pois estes métodos ignoravam as particularidades do meio aonde seriam aplicados, podendo assim, ser aplicado nos mais diversos lugares. “Tratava-se essencialmente de um método de trabalho destinado a facilitar a integração de recursos da população e do governo para colimar o “progresso nacional” (MANRIQUE CASTRO, 2010, p. 149)

A partir da incorporação do desenvolvimento de comunidade, o Serviço Social passou por mudanças no interior da categoria profissional. Experimentou uma revalorização profissional, já que a administração pública também passava por um processo de modernização.

Para o assistente social, a adesão ao desenvolvimento de comunidade implicava a adoção de uma posição sensivelmente diversa daquela que norteara a sua prática anterior, redefinida em termos de suas táticas e estratégias de ação. [...] era necessário assumir uma grande variedade de elementos que renovavam o seu trabalho concreto; quanto ao segundo era necessário visualizar a profissão inserida nos esforços coletivos orientados para o bem-estar geral e o desenvolvimento. (MANRIQUE CASTRO, 2010, p. 153).

O desenvolvimento de comunidade é uma maneira de integrar os indivíduos e integrar as comunidades no sentido de potencializar as suas questões. Assim, esta política se apresenta como uma demanda concreta para o Serviço Social, quando o capitalismo monopolista precisa integrar as periferias, colocando o assistente social como agente de transformação<sup>5</sup>.

De 1960 a 1964, um pequeno grupo de assistentes sociais começa a fazer uma análise crítica da realidade e buscam romper com a ordem vigente, propondo mudanças na estrutura da sociedade e colocando-se a serviço do povo, entretanto, esse trabalho é interrompido com a implantação da ditadura militar em 1964.

---

<sup>5</sup> No VI Congresso realizado em Caracas, entre 16 e 22 de junho de 1968, coloca que “o assistente social deve ser um agente de transformação. O que implica tanto no indivíduo como nas estruturas e instituições sociais. O assistente social interpreta a problemática social como testemunha direta das experiências vividas pelas pessoas com as quais se ocupa. [...] Deve interpretar esta situação tornando-se um porta-voz das necessidades dos indivíduos e do seu direito a promover uma mudança” (MANRIQUE CASTRO, 2010, p.166).

### **1.3 Renovação do Serviço Social no Brasil: cientificidade, laicização e pluralismo**

As mudanças ocorridas no Brasil a partir do golpe militar de 1964 levaram o Serviço Social, por um lado, a conservar o seu tradicionalismo e por outro, a sinalizar para modificações no âmbito da profissão. A profissão sofreu com o redimensionamento no exercício profissional e seus “referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis [...] este rearranjo global indica que os movimentos ocorridos neste marco configuram bem mais que a resultante do acúmulo que a profissão vinha operando” como afirma Netto (2009, p.155). Essas mudanças impactaram o Serviço Social tanto em seu exercício como também em sua formação profissional.

Embora o mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tenha se originado em meados dos anos quarenta e se expandido nos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta, este ainda não havia se consolidado. É somente com o processo de modernização conservadora, com o desenvolvimento das forças produtivas, que levou o país a experimentar todas as expressões da questão social, que isso ocorre. Segundo Netto (2009, p. 120). “é esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente”.

O processo de modernização brasileira é marcado por traços patrimonialistas e coloniais, no contexto de expansão do capital no mundo moderno. Desse modo, a nova realidade socioeconômica do país é construída por intermédio dos processos arcaicos e conservadores.

Segundo Yamamoto (2011),

A revolução burguesa no País nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas. Foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital de âmbito do comércio e da indústria. Aos fazendeiros, juntaram-se os imigrantes que vinham cobrir as necessidades de suprimento de mão-de-obra no campo e na cidade. Uma vez desfeitas as ilusões do enriquecimento rápido e do sonho de retorno às regiões de origem, os imigrantes deslocam-se do meio rural, mas levam consigo as concepções rurais de organização de vida. Assim, as origens e o desenvolvimento da revolução burguesa explicam a persistência e tenacidade de um horizonte que colide com as formas de

concepção do mundo e organização de vida inerente a uma sociedade capitalista [...]. (IAMAMOTO, 2011, p. 136).

Destaca-se a seguinte premissa: a modernidade no país surge como desdobramento do velho, sendo esta a explicativa para as relações conservadoras e submissas que marcam setores avançados da economia brasileira. À medida que há a implantação de máquinas e tecnologias de ponta, acentua-se a precarização das relações de trabalho. A transição do capitalismo concorrencial ao monopolista no Brasil tem características também distintas dos outros países.

Esse processo foi marcado pela implantação das filiais de multinacionais na economia brasileira, dividindo a acumulação econômica do país com o exterior, acentuando o desenvolvimento do capitalismo monopolista nos países centrais. Somente por volta dos anos 1950 que o Brasil aparece como região econômica dinamizada da periferia deixando de exercer papel de subalternidade na economia central. Ou seja, o desenvolvimento monopolista brasileiro, deu-se por uma oposição entre soberania do imperialismo e profundas diferenças no desenvolvimento dos países ditos desenvolvidos, em relação aos países periféricos, como o Brasil.

Essas diferenças acentuam as desigualdades econômicas, sociais e regionais, contribuindo com a concentração de renda, reconhecimento e poder de determinadas regiões, em nível. O Estado exerceu papel central nesse processo de modernização pelo alto, pois, com o objetivo de manter a ordem nas relações sociais e a subordinação do capital nacional ao capital internacional as pressões populares foram evitadas.

Nesta perspectiva, a grande propriedade foi transformada em empresa agrária e a inserção do capital estrangeiro no Brasil deu visibilidade ao país, enquanto sociedade moderna, urbanizada, mas com estrutura social embaraçosa. Desse modo, a exclusão das classes populares e os acordos realizados pelo alto, pelos grupos financeiros dominantes, são fatos que caracterizam o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Para atender às exigências do desenvolvimento capitalista, o Estado adota uma série de reformas organizacionais e funcionais, no sistema previdenciário, nas instituições responsáveis por gerir a questão social e também na “diferenciação e

especialização das próprias atividades dos assistentes sociais” (NETTO, 2009, p.121).

A reorganização do Estado, “racionalizado” para gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona inteira e profundamente não só o sentido das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las (NETTO, 2009, p. 120).

No final da década de 1960, com o significativo processo de crescimento industrial, as médias e grandes empresas passam a demandar o trabalho de assistentes sociais para vigiar e controlar os trabalhadores, garantindo a produção.

Ora, o crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do “milagre”, torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo – é a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa (ou do trabalho, conforme a ótica do analista). Cabe ressaltar que o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção (NETTO, 2009, p. 122).

De acordo com Netto (2009, p.123) “a racionalização burocrático-administrativa com que a modernização conservadora incidiu nos aspectos institucionais” exigiu do assistente social um profissional moderno que atendesse as finalidades do Estado autocrático. Além disso, as organizações de filantropia privada também requisitavam esses profissionais que eram agora selecionados através de concurso. Os novos espaços de trabalho do Serviço Social, mais complexos e burocráticos; a concorrência e o relacionamento com a “clientela” levaram o assistente social a adotar uma postura mais “moderna”, capaz de responder de forma mais eficaz às novas demandas. O tradicionalismo do Serviço Social precisava dar espaço à racionalidade técnica para legitimar e conduzir suas práticas.

O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do serviçosocial tradicional: implicou um dimensionamento técnico-racional – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. (NETTO, 2009, p. 123)

Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho se consolidava, as escolas de Serviço Social cresciam significativamente e buscavam romper com o “confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo” (NETTO, 2009, p.124) presentes no ensino do Serviço Social desde a sua origem para formar assistentes sociais “modernos”, dotados da racionalidade técnica exigida pelos novos espaços sócio-ocupacionais.

Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado) passou a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social numa escala impensável uma década antes – se, em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 o seu número chegava a 6.352 (NETTO, 2009, p. 124).

Segundo Netto (2009), é neste período em que o país é atravessado pelas mudanças impostas pela ditadura militar que o Serviço Social se insere no âmbito universitário, causando um duplo impacto na profissão: por um lado, uma aproximação com as disciplinas das ciências sociais, “é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia” (NETTO, 2009, p. 126), ainda que nos limites de uma universidade da ditadura; por outro lado, essa expansão universitária demandou um grande número de docentes, que muitas vezes eram os profissionais formados pouco antes ou pouco depois do começo da ditadura e tinham mais possibilidades que os docentes formados anteriormente, de se dedicar aos estudos (os profissionais eram heterogêneos); isso possibilitou a formação de uma massa crítica que também não existia antes e que veio à tona com o fim da ditadura.

A autocracia burguesa permitiu ao Serviço Social desenvolver características essenciais para o processo de renovação da profissão. De acordo com Netto (2009, p. 127-128):

Panoramicamente, o Serviço Social com que se depara o observador contemporâneo configura-se como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas – sobre o patamar de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas e o pano de fundo de uma discussão teórica e ideológica ponderável também inédita.

Até meados da década de 1960 as propostas dos assistentes sociais eram bastante homogêneas, quase não havia uma participação política desses profissionais (havia uma “neutralidade” quanto ao cenário nacional), não havia uma elaboração teórica satisfatória e a direção cívica e interventiva era praticamente um consenso entre os profissionais. A laicização do Serviço Social, considerada “um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (NETTO, 2009, p. 128), rompeu com esse cenário. Isso já vinha se delineando desde o fim da década de 1950, mas só se efetivou com a “modernização conservadora” imposta pela ditadura militar.

O processo de renovação do serviço social é marcado não só por respostas que são funcionais às demandas e condicionamentos postos pelo mercado de trabalho, mas por traços funcionais e coerentes ao regime autocrático burguês.

[...] instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2009, p. 129).

Netto (2009) ainda elenca alguns elementos desse processo de renovação do Serviço Social, que surgiam, sobretudo, a partir de meados da década de setenta: elaborações teóricas sobre a profissão; um significativo debate teórico-metodológico; interlocução com as ciências sociais, no âmbito acadêmico possibilitando-lhes obter diferentes visões do mundo e da sociedade, o que demonstrava o rompimento com a homogeneidade própria da profissão nas décadas anteriores e o estímulo à investigação e à pesquisa.

Na tentativa de constituir-se como uma instituição profissional capaz de oferecer respostas eficientes e satisfatórias às demandas emergentes na sociedade brasileira, o Serviço Social busca a legitimação de sua prática e recorre às teorias e disciplinas sociais, buscando a sua validação teórica. Netto (2009) afirma que a renovação do Serviço Social refere-se ao

Conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e de sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (p. 131).

A laicização do Serviço Social possibilitou a adoção de novas perspectivas para a profissão, o que implicou em “um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 2009, p. 131). A renovação do Serviço Social atingiu a profissão como um todo e pode ser considerada como um avanço. Netto (2009) aponta que é neste espaço contraditório, que a interlocução do marxismo e setores do Serviço Social constituirá uma renovação teórica para a profissão.

A busca pela validação teórica é o elemento que mais caracteriza a renovação do Serviço Social no Brasil, na medida em que possibilita um debate teórico-metodológico. Debate este, que ocorre a partir da inserção do Serviço Social nas universidades possibilitando, segundo Netto (2009, p. 132), “a conquista de um espaço na interlocução com os problemas e as disciplinas das ciências sociais”. O Serviço Social passa a se desenvolver no âmbito intelectual, deixando de ser subalterno diante das ciências sociais. “A condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocada por uma postura de crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico” (NETTO, 2009, p. 132).

Recorrendo às mais diversas fontes teóricas e ideoculturais, o Serviço Social busca fundamentar o processo profissional e tudo o que o envolve. O próprio Serviço Social passa a ser objeto de pesquisa. Segundo Netto (2009):

O movimento configurado nesta abrangência franqueia o Serviço Social às incidências atuais do mundo do trabalho e do mundo da cultura e confere às suas elaborações um relevo estritamente intelectual. Não é um puro acaso, portanto, que um dos traços mais salientes dessas elaborações seja a ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social [...] é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal (p. 133).

Há um crescimento não só na organização, como também na participação efetiva, por parte da categoria, em colóquios, seminários, encontros e congressos profissionais. A renovação do Serviço Social modifica a dinâmica desses eventos, que deixam de serem espaços de ideias consensuais, tornando-se espaços de polêmicas. Modifica-se também o papel das entidades que organizam esses eventos. Estas são obrigadas a dividir espaço nas questões corporativas, teóricas, ideológicas e políticas, com boa parte dos profissionais do Serviço Social.

O processo de erosão do Serviço Social tradicional aconteceu não apenas no Brasil, mas, segundo Netto (2009, p. 146), em toda a América Latina, onde ficou conhecido como movimento de reconceituação do Serviço Social, precisamente “a partir de 1965, e teve sua curva ascendente por quase uma década”.

O processo de renovação do Serviço Social constituiu-se como um movimento de avanços e recuos, próprios do contexto sócio-histórico a partir do qual ele emergiu e se desenvolveu - a autocracia burguesa. A crise do Serviço Social sinalizada na década de 1960 se intensifica nas próximas décadas e ocorre devido às mudanças sociopolíticas que perpassaram o Brasil.

O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina teve um lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos e formação profissional). [...] De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceitualização foi inicialmente polarizados pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (Iamamoto, 2011, p. 212).

Em meio às especificidades de cada país, existiram, segundo Netto (2009, p.149), dois traços comuns ao movimento de reconceituação latino-americano. O primeiro foi a tradição marxista, reconhecida como central e passou a ser dado de modernidade profissional”. É importante apresentar que neste momento à aproximação com o marxismo não se deu de forma direta, e sim, de uma leitura eclética e neopositivista.

Nesta conjuntura; por um lado, a crise do Serviço Social “tradicional” e por outro, a valorização do Desenvolvimento de Comunidade, aparecem três perspectivas para a profissão. Segundo Netto (2009):

Uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (p. 140).

Essas três perspectivas (ou direções) constituem o processo de renovação do Serviço Social e se manifestam: na segunda metade dos anos sessenta – perspectiva modernizadora; na segunda metade dos anos setenta – reatualização do conservadorismo e a outra, no início dos anos oitenta – intenção de ruptura.

A vertente modernizadora tinha como perspectiva a adequação do Serviço Social enquanto instrumento de intervenção aliados a um conjunto de técnicas sociais a serem operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista. Ela foi à expressão da renovação profissional adequado a autocracia burguesa.

Essa vertente possui uma nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. Há aqui reiterações da tradição com contribuições extraídas do estrutural-funcionalismo norte-americano. Apresenta - se aqui o caráter modernizador desta perspectiva: aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica da Ditadura Militar, e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam, se reporta a

valores e concepções mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil (NETTO, 2009 p. 155).

Desta vertente destacam - se os seminários de teorização do Serviço Social, promovidos pela CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Nesta vertente acreditava - se que a modernização faria parte do processo evolutivo que o Brasil teria que passar de subdesenvolvido a desenvolvido. O Serviço Social através de seus seminários adere a essas influências metodológicas do cenário mundial, e as expressam através dos seminários de teorização. Desenvolvimentismo sobre a égide da modernização conservadora, que sobre propostas modernizadoras, os assistentes sociais achavam que tirariam o país do atraso. A crise que se instaura no Serviço Social na década de 1950 que vão tentar buscar formas de explicar a realidade através do desenvolvimentismo. Aparece como divulgador das teorias deste período o CBCISS, como promovedor de encontros de capacitação dos profissionais, discutir metodologias, papel importante na difusão desta nova direção do Serviço Social.

Esta nova direção acontece junto com a laicização da profissão. Neste momento a profissão começa beber de aportes críticos das ciências sociais. Alargamento dos interlocutores com o Serviço Social, começando a trabalhar na administração pública, trabalhando com outros profissionais em equipes com multiprofissionais tendo a ampliação do Serviço Social, trazendo consigo assim uma racionalidade e eficiência.

Essa vertente tem como principais representantes os documentos de Araxá e Teresópolis. O documento de Araxá visa uma teorização operacional em função do desenvolvimentismo sem fazer a sua problematização, sendo também omissos em relação à problemática acerca dos conteúdos das políticas sociais, visto que os profissionais assumem uma demanda técnico funcional sobre a égide da autocracia burguesa. Já o documento de Teresópolis é marcado pelo transformismo através da dimensão profissional.

Por fim, já no final da vertente modernizadora temos os seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, representam o processo de renovação do Serviço Social que já estava posto nos seminários anteriores, mas trazendo consigo novas direções.

A segunda direção trata-se da “reatualização do conservadorismo” que recupera a herança histórica do conservadorismo da profissão, proclamando-se nova, rejeitando a teoria positivista e às referências ligadas à teoria social crítica. Essa direção situa-se na década de 1970, tendo como núcleo central a subjetividade, o vivido humano e a perspectiva dialógica, embasando-se na fenomenologia. Mantém as características da atuação microscopia de intervenção derivados do pensamento católico tradicional.

A “reatualização do conservadorismo” foi caracterizada pelas reflexões contidas nos documentos do Sumaré e do Alto da Boa Vista. O Seminário Sumaré é marcado pelo debate: científicidade, fenomenologia e dialética, e, o seminário de Alto da Boa Vista é marcado pela defasagem, por uma pobreza teórica. Ambos seminários estavam preocupados com a discussão sobre a prática científica, buscam uma proposta pensada como alternativa tanto ao positivismo quanto à teoria social crítica.

Por fim, a vertente intenção de ruptura,

Foi sendo construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do movimento de reconceituação. Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo assim como redimensionamento das interpretações históricas da profissão. (IAMAMOTO, 2011, p. 218)

A intenção de ruptura evidencia-se no âmbito da profissão no período de 1980 a 1985, tem como objetivo central a crítica e a superação do Serviço Social tradicional e sua primeira manifestação ocorreu a partir do denominado “Método de Belo Horizonte”<sup>6</sup>. De acordo com Netto (2009, p. 159) “Na primeira metade dos anos oitenta, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada”. Pautados na teoria social marxista o encontro de profissionais em Belo Horizonte resultou na elaboração de uma nova pauta ao Serviço Social, de uma nova orientação à profissão, propondo-se o rompimento com

---

<sup>6</sup> O “Método de BH”, resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975 por um núcleo de docentes da Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais. (NETTO, 2009, 159)

o tradicionalismo não só no âmbito teórico-metodológico, como no campo da intervenção profissional e no processo de formação.

Esta vertente, intenção de ruptura, ao fazer a crítica das bases tradicionais e seu aporte teórico-metodológico, tem por intenção romper com a herança do pensamento conservador presente até então no interior da profissão. Diferencia-se das demais vertentes por fazer a crítica ao desempenho do Serviço Social tradicional, se aproximando assim, da teoria crítica de marxista. Desta forma, a profissão começa a pensar a sociedade como conjunto das relações sociais, e o Serviço Social, participa deste processo de produção e reprodução da vida social.

A apropriação do marxismo pela categoria de vanguarda dessas tendências e os desdobramentos dessa interlocução, na relação social com a camada média urbana (estudantes, categoria profissional, organismos civis etc.), ocorreu segundo Netto (2009), em três momentos intercalados: o primeiro, a sua emergência, tem no trabalho dos acadêmicos a sua maior representação se dá pelo Método de BH, o segundo, a consolidação da produção acadêmica, sobretudo, a intensificação das pós graduação. O terceiro momento “é marcado pela maioria intelectual e teórica da perspectiva da intenção de ruptura”, como aponta Netto (2009, p.226).

O segundo momento da apreensão marxista, no período da intenção de ruptura foi marcado por um novo “salto de reflexão” (NETTO, 2009, p.264). No final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, a produção acadêmica dos docentes dos cursos de Serviço Social, e uma desvinculação da universidade de Belo Horizonte, surgindo uma “nova massa crítica”.

O cariz diferencial deste patamar (que, insista-se, articula-se sobre os ganhos do anterior) está em que, sem abandonar a abordagem crítica analítica afirmada antes, avança para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente nos recursos concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais. (NETTO, 2009, p. 265)

O III Congresso Brasileiro de Assistente Social - CBAS de 1979, mais conhecido como “Congresso da Virada”, foi promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, hoje conhecido como Conselho Federal de Serviço Social - CFESS representa um marco dentro da história do Serviço Social. “A vinculação ao movimento sindical e popular criou um referência de organização política aos profissionais para que [...] atuassem no III CBAS como estratégia

política” (ABRAMIDES, 2016, 465). Desta forma, o III CBAS, se transformou na expressão pública e coletiva do processo

cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, [...] na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições , na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão. (ABRAMIDES, 2016, p.465).

A interlocução entre assistentes sociais e classe operária brasileira, somado à aproximação teórica com o marxismo, resultou em implicações práticas-operativas, sobretudo, no diálogo profissional com representações da base sociopolíticas brasileiras. Foi a partir deste congresso, que a categoria profissional, abriu novos horizontes, lutou por um Estado democrático de direitos ao lado da classe trabalhadora, por se reconhecer pertencente a ela, não sob a perspectiva conservadora, mas sim, constituído de uma nova direção voltada para as lutas sociais.

## **2. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL**

Neste capítulo, procuraremos trazer elementos para se apreender o processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. O texto a seguir apresenta um breve histórico da construção deste projeto, bem como os desafios contemporâneos para a sua efetivação.

O segundo item deste capítulo tratará de questões acerca do trabalho profissional, pós década de 1980, e os seus avanços obtidos, além de levantar questões como os desafios contemporâneos da efetivação da prática profissional em consonância com o projeto ético-político.

### **2.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social**

O final da década de 1970 foi marcado por um acirrado debate no Serviço Social, que se alastrou até a década seguinte. Este período revela a busca dos profissionais por referências teórico-metodológicas que embasassem a nova proposta de profissão. Neste cenário de profundas mudanças, o Projeto do Serviço Social brasileiro é construído historicamente, e é a partir do movimento de renovação do Serviço Social, que segundo Iamamoto (2011) trouxe contribuições significativas aos campos de ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. É nessa renovação que é assegurada a reconciliação com a história contemporânea, sendo capaz de decifrar e entender a sociedade brasileira presente, a profissão e a necessidade da confirmação do Serviço Social como necessário no espaço e no tempo da sociedade.

A construção do projeto ético-político do Serviço Social foi possível na transição da década de setenta para a oitenta, devido à recusa e crítica ao conservadorismo da profissão, à crise da ditadura brasileira e movimento de abertura democrática, a reinserção da classe trabalhadora na cena política, renascimento da organização sindical, o surgimento de cursos de pós-graduação e o conseqüente amadurecimento teórico-metodológico da profissão, dentre outros.

Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político, na segunda metade da década de 70. Este mesmo projeto avançou nos anos 80, consolidou-se nos anos 90 e está em construção. [...] O avanço do projeto nos anos 80 deveu-se à construção de elementos que matizaram entre nós, dentre eles, o Código de Ética de 1986. (BRAZ, 2008, p.4)

“O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto da expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital”. (Iamamoto, 2011, p. 223). “As bases do PEP são, respectivamente, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, e as Diretrizes curriculares de 1996”. (ABRAMIDES, 2016, p. 470).

Desta forma segundo (Forti, 2015, p.10),

O atual projeto profissional crítico do serviço social brasileiro – projeto ético político -, [...] representa desdobramentos do veio de inspiração mais crítica do Movimento de Reconceituação, iniciado na profissão a partir de meados dos anos de 1960. [...]Esse é um projeto que profissional que assegura valores que se dirigem aos interesses da classe trabalhadora.

Segundo Forti (2015), os fundamentos do nosso projeto profissional crítico, de caráter progressista e democrático, ancoram-se nos fundamentos da teoria marxista, sobretudo da produção social e do trabalho como categoria fundante do ser social.

O Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993), são alguns dos instrumentos legais que norteiam, legitimam e resguardam a ação profissional dos assistentes sociais. Ação esta, que não se pode esquecer, está condicionada e limitada pelo capitalismo contemporâneo. Segundo Matos (2015, p. 682):

Portanto uma profissão só se legitima a partir das respostas que consegue emitir para os usuários (as) dos seus serviços e para seus (suas) contratantes. E estas – as respostas – podem ser maiores ou menores, dependendo da competência do coletivo profissional. No caso do Serviço Social, tal debate não deve ser realizado sem clareza dos distintos interesses que envolvem o contratador do trabalho profissional e a população usuária dos seus serviços.

Segundo Barroco (2010), o Código de 1986, marcado pelos ideais da vertente de ruptura com o tradicionalismo profissional, visa garantir uma prática voltada às necessidades dos usuários afirmando o compromisso com a classe trabalhadora. No entanto, a forma como estes ideais é colocado no âmbito de um Código Ética Profissional e ao vincular o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação de valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que se pretende negar. Este código mostrou-se insuficiente em certos aspectos do ponto de vista teórico e filosófico e apresentou fragilidades quanto à operacionalização profissional no cotidiano.

Desta forma houve a revisão do Código de 1986, culminando-se no código de ética de 1993, reafirmando os seus valores fundamentais (a liberdade e a justiça social) articulando-os à exigência democrática que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais. Esta revisão também cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e também a responsabilidade diante do usuário.

Este último Código de Ética representa a direção<sup>7</sup> dos compromissos assumidos pelo Serviço social nas últimas décadas do seu percurso histórico. Sob a perspectiva hegemônica, diferentemente do que é marcante na maior parte da sua história, este Código coloca-se em contraposição aos interesses e valores prevalecentes na ordem do capital, podendo-se nele observar claramente uma perspectiva crítica à ordem econômico-social estabelecida e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. [...] Tais avanços permitem situar o atual Código de Ética como uma expressão significativa do acúmulo profissional dos anos 80 e dos avanços teórico-políticos conquistados na sequência do Código de Ética de 1986, assinalando um novo patamar na trajetória do

---

<sup>7</sup> Não há dúvidas de que o projeto ético-político do serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário. (BRAZ: TEIXEIRA, 2009, p.6)

Serviço Social no Brasil.[...] a elaboração do Código de Ética implicou um processo coletivo de debates e reflexões que lhe confere uma inegável legitimidade em face do conjunto dos assistentes sociais. (BARROCO, 2010, p. 207)

Já lei de regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil que expressa e de certa forma materializa esse projeto profissional, estabelece as competências e atribuições privativas do assistente social, que expressam a capacidade de apreciar e dar resolutividade a determinados assuntos:

1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar, e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos em unidades de Serviço Social; com a participação da sociedade civil; 2) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Serviço Social; 3) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em matéria do Serviço Social; 4) realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria do Serviço Social; 5) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população; 6) realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas ou entidades. (Iamamoto, 2004, p. 26 apud Iamamoto, 2002; CRESS - 7ª Região, 2000).

Iamamoto (2011) indica que os projetos profissionais construídos pelos Assistentes Sociais articulam uma dupla dimensão: as condições macro societárias, que estabelecem o terreno sócio histórico em que se expressa a profissão, seus limites e possibilidades e, de por outro lado, as respostas sócio históricas, ético-política e técnico-operativas de seus agentes profissionais atentos ao contexto social apresentando a autoimagem da profissão e elegendo valores e matrizes que a legitimam socialmente.

O projeto profissional crítico<sup>8</sup> possibilita a tomada de consciência dos fundamentos objetivos e subjetivos que perpassam a prática profissional. Possibilita também construir perfis de profissionais que conhecem suas competências, atuam com qualidade técnica, uma direção crítica clara e consciente, que vise defender permanentemente os direitos sociais e humanos. Dessa forma, é possível “superar a

---

<sup>8</sup> Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social, e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (BRAZ:TEIXEIRA, 2009 p. 8)

histórica vinculação do profissional com o conservadorismo” (GUERRA, 2007, p. 9). Segundo Netto (1999, p. 4), a construção desse projeto de crítica à sociedade burguesa deve ser uma ação conjunta entre “os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais, dentre outros”. Ainda de acordo com o autor (1999, p. 4):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

O projeto Ético-Político “é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 2016, p. 470). Vale ressaltar que embora o projeto profissional do Serviço Social<sup>9</sup>, seja hegemônico, ele é heterogêneo, é constituído por indivíduos diferentes, por um pluralismo de ideias. “O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 1999, p. 5).

Sabemos que o assistente social trabalha, fundamentalmente, no espaço das políticas sociais, em um âmbito que pretende viabilizar, de algum modo, respostas à necessidade dos trabalhadores, mas também sabemos que a efetivação disso pode ocorrer de diferentes maneiras e que, portanto, dependendo do encaminhamento adotado, poderão ocorrer importantes tensões e/ou desafios à direção assumidas pelo Projeto. (Forti, 2015, p.9)

---

<sup>9</sup> Como salienta Iamamoto (2011), ao lidar com o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão, que abarca tanto as condições societárias demarcadas pelo contexto sócio-histórico, no qual se insere a profissão; quanto as respostas profissionais de cunho ético-político, técnico-operativo, e teórico-metodológico, pautado pela categoria profissional.

BRAZ (2008, p.2) reforça que:

Antes de qualquer coisa é preciso ter clareza da noção do projeto coletivo na medida em que o referido projeto ético-político existe como tal. Os projetos coletivos se relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais presentes numa determinada sociedade. Remetem-se ao gênero humano uma vez que, como projeções sócio-históricas particulares, vinculam-se aos interesses universais presentes no movimento da sociedade.

BRAZ (2008), afirma que a materialidade do PEP se viabiliza em três elementos constitutivos e essenciais, a saber: I – Dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: diz respeito a toda produção de conhecimento e sistematização das ações profissionais; II – Dimensão político-organizativa: refere-se à militância e a todos os espaços deliberativos de representação da categoria, CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO; III - Dimensão jurídico-política da profissão: é entendida pelo conjunto de leis, resoluções, e documentos que balizam a ação profissional. Temos ainda, determinados componentes construídos e legitimados pela categoria profissional como: o atual Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social. É a partir e por meio destes elementos que o autor afirma que se dá a materialidade o projeto ético-político, a efetivação histórica viabiliza a efetivação deste projeto no exercício profissional.

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. (BRAZ, 2008, p.7).

Os desafios para a efetivação deste projeto são muitos, mais o maior deles é tornar o projeto profissional efetivo para o exercício profissional e buscar consolidá-lo mesmo na contramão da onda neoliberal com base nas suas próprias contradições e nas políticas que podem ser somar na direção apontada por ele. Para

isso é necessário segundo lamamoto (2011) uma articulação com as organizações acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho cotidiano. É preciso ter clareza do que isso significa para não incorrer no que lamamoto (2011) diz, nem num voluntarismo político-profissional, para o qual basta a boa vontade e um ideal para transformar a realidade e nem no fatalismo para o qual não há alternativas na realidade, pois ela seria um dado factual e imutável.

Braz (2009) afirma que o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, desta forma, podemos dizer que, diante do contexto atual de capitalismo monopolista, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória. Crucial, pois, sua reafirmação não depende unicamente das respostas políticas dadas pela vanguarda profissional (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação), quanto às ações profissionais nas mais diversas áreas de atuação.

Abramides (2006) presume que a autonomia teórica e política de atuação profissional do projeto ético-político vão de encontro às conquistas imediatas por direitos sociais e trabalhistas nas conquistas históricas, emancipação humana e desenvolvimento social. A autora expõe como exemplo das conquistas subsidiadas pelo projeto, as contribuições para o processo de redemocratização do país, a implementação de políticas públicas universais além das contribuições atuais sobre as diversas expressões da questão social.

Dessa forma, a dimensão política do projeto ético-político está articulada a direitos amplos, universais objetivando a devastação das desigualdades sociais e a igualdade das possibilidades e condições, no qual assume seu compromisso social com a classe trabalhadora e com os princípios do Código de Ética de 1993, já que fica impossível pensar a direção política emancipatória dos projetos (societário e profissional) vinculados ao Serviço Social, sem esse instrumental técnico-operativo de caráter “educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social [...]” (BARROCO, 2010, p. 35).

Sendo assim, a operacionalização desse caráter, se dá também ou se inicia no âmbito da formação profissional que necessita estar dotada de reflexões críticas, conciliada aos novos rumos da profissão (de ruptura ao conservadorismo) e aos direcionamentos do projeto ético-político, ou seja, comprometidos com a classe trabalhadora e com o projeto societário.

“O eixo da formação profissional é entendida, portanto, a partir dos elementos que dão sustentação ao serviço social” (ABRAMIDES, 2006, p. 77 apud ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 154) E, essa sustentação é, sem dúvida alguma, a ofertada pelo projeto ético-político, que embasa e norteia a formação e as intervenções do cotidiano profissional, por meio de legislações, instrumentais e instrumentos que o assistente social se pauta para realização do trabalho profissional.

## **2.2 O trabalho do Assistente Social na contemporaneidade: avanços e desafios**

A institucionalização da profissão está ligada as intervenções feitas pelo Estado nos processos regulatórios sociais como apresentado no capítulo anterior. As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social. É importante ressaltar que a perspectiva que orienta este trabalho é o entendimento do Serviço Social como trabalho, bem como, seus elementos constitutivos. O assistente social é chamado a realizar a mediação dos conflitos existentes entre trabalhadores e capitalistas, resultantes da relação capital/trabalho, tendo como objeto de trabalho as “expressões da questão social”.

Essas expressões da questão social são a matéria- prima ou o objeto do trabalho do profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nessa perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 2011, p. 62)

Os assistentes sociais precisam conhecer a realidade, a totalidade da vida social, “fundamentar-se em saberes explicativos e em saberes interventivos” (GUERRA, 2007, p. 19), para que sua intervenção ultrapasse a imediaticidade.

É o referencial teórico adotado no projeto que permite fazer a crítica em nível do imediato e estabelecer alternativas para transcendê-lo. Neste âmbito, o projeto profissional hegemônico, pela sua perspectiva crítica, constitui-se um instrumento, o único capaz de permitir aos assistentes sociais uma antevisão da demanda, a captação de processos emergentes e das tendências históricas que se configuram e requisitam uma intervenção profissional a curto, médio e longo prazos, o significado social e político da profissão e da intervenção que desenvolve. Esta capacidade de captar tendências e de se preparar técnica e intelectualmente para respondê-las é o diferencial que se estabelece entre os profissionais na conjuntura atual (GUERRA, 2007, p. 30).

O neoliberalismo é uma teoria prática de políticas econômicas que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado para tais práticas. Na prática, o Estado atua a serviço do capital em crise.

A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar suas “gorduras”, justifica o ataque ao grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas de intervenção do estado na economia. [...] É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a diminuição do Estado, mais a diminuição das funções estatais coesivas (NETTO, BRAZ, 2011, p. 227)

Devido à crise da década de 1970, houve uma queda da taxa de lucro devido a um aumento do preço da força de trabalho e da intensificação das lutas sociais que objetivavam o controle da produção. Netto (2011) assinala alguns vetores sociopolíticos por parte da pressão organizada dos trabalhadores, demandando melhores salários e em contestação a organização de produção Taylor/Fordista, esta que se configurou na produção em massa de mercadorias, em grande parte de veículos, e, no trabalho parcelado e fragmentado caracterizado por um conjunto de atividades, pautado numa linha rígida de produção e determinada pela produção em série de Ford e controle cronometrado de Taylor, evidenciado também, pela utilização do maquinário e aumento da jornada de trabalho o que propiciou e propicia a apropriação da mais-valia relativa.

Em consonância às quedas dos lucros, das mobilizações anticapitalistas e consequentemente das conquistas dos direitos sociais "a recessão generalizada de 1974-1975 ascende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma estratégia política global para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa" (NETTO, 2011, p. 215).

No Brasil, a adesão ao receituário neoliberal deu-se a partir da década de 90, baseando-se no Consenso de Washington, as quais impunham uma forte disciplina fiscal, o controle da inflação, redução da presença do Estado nos campos econômicos e sociais.

O neoliberalismo impõe uma série de desafios à profissão e à efetivação de seu projeto ético-político. Segundo Netto (1999), a preservação e o aprofundamento deste projeto, dependem da vontade majoritária do corpo profissional e do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos. O autor afirma que,

Mesmo neste contexto adverso, o projeto profissional tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 199, p.19).

Atualmente, no contexto de capitalismo imperialista sob a hegemonia do capital financeiro, onde as relações de trabalho tendem a ser cada vez mais flexibilizadas, colocando desta forma o projeto profissional em desafio. Assim como diz Iamamoto (2011, p. 233):

São muitos os desafios atuais. O maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada.

Nesse contexto, as políticas públicas se tornam focalizadas, descentralizadas, pulverizadas e negam o direito ao trabalho, num processo de "assistencialização da

pobreza”, que é potencializada pela ideologia do capital e do Estado citada anteriormente; “pela associação da cidadania ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias” e pela fragmentação das lutas sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 15).

Essa investida é acentuada pela assistencialização da pobreza contra o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, dirigidos aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, com marcantes incidências na capacidade de mobilização e organização em defesa dos direitos (IAMAMOTO, p. 16).

Ainda segundo Iamamoto, há uma desresponsabilização do Estado no trato das diversas manifestações da questão social e a transferência dessa responsabilidade para a sociedade civil, mais especificamente para o chamado “terceiro setor”. Esse fator leva à “filantropização, à benemerência e a programas focalizados de combate à pobreza” e à “desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 23). Ainda de acordo com a autora:

O pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, e opera uma profunda despolitização da questão social ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional. (IAMAMOTO, 2009, p.24).

O exercício profissional, não se pauta unicamente numa ação isolada do profissional, sua atuação depende das relações e das condições sociais na qual ele está inserido, na reprodução e produção da vida social. Assim, seus instrumentos normativos, como o código de ética, apresentam ferramentas fundantes para o trabalho do assistente social.

As transformações ocorridas no âmbito econômico, político e social rebatem sobre os trabalhadores (assistentes sociais e seus usuários) e conseqüentemente, sobre as políticas públicas. O desemprego, a desregulamentação das relações trabalhistas, a ideologia difundida pelo capital e pelo Estado, de que os trabalhadores são “colaboradores”, “parceiros solidários”, têm retraído as lutas sociais e modificado as relações estabelecidas entre assistentes sociais e usuários e

também as condições e relações de trabalho desses profissionais (IAMAMOTO, 2009, p.15).

“A questão social e as ameaças dela decorrentes assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 2). Assim, há um redimensionamento no ensino do Serviço Social. Era preciso “formar profissionais capazes de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira”, construir “um novo perfil profissional” (NETTO, 1999, p.13). Em Guerra (2009, p. 80), temos:

O Serviço Social é uma profissão especializada que, a partir de conhecimentos teóricos e técnicos, valores e finalidades, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais.

E ABRAMIDES (2016, p. 474) na mesma direção:

O Serviço Social brasileiro se referenciou nos pressupostos do projeto profissional articulado ao projeto societário na direção estratégica emancipatória pela qual nossas entidades têm se orientado, com autonomia e independência de classe. (ABRAMIDES, 2016, p. 474).

O Serviço Social assim como outras profissões está inserido na divisão sócio técnica do trabalho. Assim, essas relações não fogem do exercício profissional, pois como qualquer outra profissão, a questão do assalariamento, implica na compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral – o dinheiro, que expressa o valor da troca dessa força de trabalho, expresso no salário, atestando estar essa atividade profissional inserida no reino do valor na sociedade capitalista.

De acordo com lamamoto (2011), a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. Ainda de acordo com lamamoto, a autonomia profissional:

É dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicalistas; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas de Direito, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2011, p.220)

Dessa forma, entende-se que a atividade profissional é determinada socialmente, fazendo-se necessária a capacitação do profissional de Serviço Social, a partir de sua instrumentalidade, para que as suas ações interventivas desvelem a realidade social e as demandas nela existentes em sua essência que está na aparência do fenômeno. Nas últimas décadas, os assistentes sociais avançaram muito em sua qualificação e produção acadêmica e também na presença política na sociedade. Iamamoto (2011) afirma que a categoria é pesquisadora e é reconhecida pelos órgãos de fomento, amadureceu suas formas de representação acadêmica e profissional, sendo legitimados e integrados entre si. A organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política é fruto do projeto profissional, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que refratam no interior da profissão.

Uma ferramenta de suma importância para o Serviço Social é a instrumentalidade. Ela permite que o assistente social faça uma leitura crítica da realidade social na qual está intervindo, a partir de seu referencial teórico-metodológico. Essa instrumentalidade deve ser entendida, segundo Guerra (2011), como o modo que a profissão se constitui como ela se apresenta no conjunto das relações sociais e na possibilidade concreta de obter seu reconhecimento social, e não como um conjunto de instrumentos e técnicas de trabalho do assistente social.

O assistente social deve se apropriar de seu referencial teórico-metodológico e segundo Iamamoto (2011) ser um profissional criativo, propositivo, investigativo, conhecer a realidade na qual é chamado a intervir e acima de tudo, conhecer a profissão, saber o que faz, quais são as suas competências e habilidades para que possa se legitimar.

Nesse sentido, as instituições tornam-se campo de mediações para o atendimento das demandas socioprofissionais. De acordo com Guerra (2009):

As demandas que chegam à profissão, emanadas das necessidades das classes subalternizadas, não se apresentam de maneira nem direta nem imediata à profissão, mas mediatizada pela instituição: é sua “missão”, são suas metas, seus objetivos, seus interesses que formatam as demandas institucionais postas como demandas à profissão [...] a demanda imediata do usuário, apesar de ser a problemática inicial que o mobilizou, nem sempre é a sua demanda real [...] A demanda imediata ao mesmo tempo manifesta e esconde a demanda real (p. 81).

Somente a partir da mediação entre aquilo que lhe aparece como demanda imediata no cotidiano de trabalho e o conhecimento/reflexão das múltiplas determinações da realidade social que envolve a vida dos sujeitos, é que o profissional consegue apreender a totalidade e dar respostas satisfatórias aos seus usuários.

Desta forma, os conteúdos acumulados ao longo dos anos de 1980 foram traduzidos para a produção teórico-metodológico alcançados pela categoria profissional, expressando assim, o debate da direção social que estava sendo construído<sup>10</sup>. Debate este que se traduz nas diretrizes como um dos pilares do projeto ético-político do serviço social brasileiro. Assim de acordo com Iamamoto (2011, p.224) “amadureceram sua formas de representação, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional, legitimados e integrados entre si”.

A pós-graduação em Serviço Social, a partir dos anos 80, desenvolve pesquisas<sup>11</sup> sobre a profissão a partir da perspectiva crítica marxista, retroalimentando a profissão de Serviço Social. Conforme Yasbeck (2009, p. 12), “é importante lembrar que a pós-graduação configura-se, por definição, como espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos

---

<sup>10</sup> Foi esse solo histórico que se tornou possível e impôs como necessário um amplo movimento de renovação crítica do Serviço Social, que derivou em significativas alterações nos campos de ensino, da pesquisa e da organização político-corporativo dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 223).

<sup>11</sup> É digno de notar que o Serviço Social a se colocar como objeto de sua própria pesquisa encontra-se, concomitantemente, com uma ampla gama de preocupações que o envolvem, mas também o extrapolam, concernentes às relações entre o Estado e a sociedade civil nos quadros da expansão monopolista sob a hegemonia das finanças. (IAMAMOTO, 2011, p. 237)

paradigmas teórico-metodológicos”. Sendo assim a referida autora segue afirmando que:

Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior. Também neste espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas. (YASBECK, 2009, p.13)

Na década de 1990 se inicia um processo de desmonte das bases que serviram de pilar para a construção dos direitos constitucionais. O que ocorreu na época é que a gestão pública vinha deteriorando o financiamento e a intervenção social através das políticas de ajustes econômicos, seguindo as recomendações do Fundo Monetário Internacional - FMI, atingindo de forma direta as políticas de Seguridade Social. Neste contexto novas questões são impostas para a categoria profissional, como afirma YASBEK (2009, p.16)

Assim, a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado / Sociedade.

A partir da década de 1990, o Serviço Social aprofunda sua relação com a produção teórica, com o debate sobre a dimensão investigativa. Nesta perspectiva, a produção teórica do Serviço Social, vem discutindo a ação profissional, os fundamentos e a gênese da profissão, buscando construir assim, elementos que fundamentam a prática e o processo de formação.

Nesta direção, exatamente inovadora, as diretrizes curriculares têm como eixo central a questão social e as suas mais variadas expressões como objeto de trabalho do assistente social. Essas diretrizes representam o processo de amadurecimento sócio-histórico do Serviço Social, fornecendo a profissão elementos fundamentais para sua efetivação. Com isso se estabelece a nível nacional, uma base comum para os cursos de Serviço Social. É fruto de um amplo debate acadêmico, que possibilitou formatar a proposta do currículo mínimo de 1996.

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizados pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel de Serviço Social, a substituição de emendas das disciplinas por tópicos de estudos em caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas. (IAMAMOTO, 2014, p. 4)

Cabe ilustrar aqui, todo o contexto que a profissão busca também a readequação do currículo mínimo, sendo que a proposta das diretrizes curriculares gerais para os cursos de Serviço Social surgem num momento em que as diretrizes anteriores, no caso de 1982, já não mais abarcavam toda a compreensão da totalidade social na qual o assistente social está inserido, derivando desta insatisfação, a urgência em definir padrões de qualidade da formação profissional, capacitando o assistente social para intervir na realidade social.

O momento de revisão do Currículo Mínimo ocorreu durante a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), realizada na cidade paranaense de Londrina, em outubro de 1993, quando ocorreu a deliberação da revisão do Currículo Mínimo da formação profissional que perdurava desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04 de Agosto de 1982). A revisão curricular da formação profissional foi em face aos movimentos contemporâneos causados pela questão social e suas múltiplas expressões que incidem no agir profissional.

As Diretrizes Curriculares<sup>12</sup> reconhecem o Serviço Social como “uma especialização do trabalho, da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do

---

<sup>12</sup> A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade

trabalho social” (IAMAMOTO 2014, p.6). A lógica das Diretrizes Curriculares possibilita uma formação coerente com a direção social assumida pela categoria profissional explicita no atual projeto ético-político do Serviço Social pelo projeto profissional. A luta pela formação em consonância com as diretrizes se apoia, sobretudo, na luta pelo direcionamento da profissão atrelada nas lutas da classe trabalhadora.

Atualmente, coloca-se como desafio para a categoria profissional, o crescimento da formação em Ensino a Distância – EAD. Preconizado na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB permite a oferta da educação a distância, o que significa uma precarização o ensino superior em geral.

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoitos de ensino a distancia (EAD) ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. NA mesma modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC. [...] As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas. (IAMAMOTO, 2014, p.3)

Iamamoto (2011) afirma que, este crescimento da categoria profissional, traz sérias consequências para o exercício profissional, para as relações de trabalho, pois:

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”.[...] Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EAD, [...] O estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim o seu objetivo maior- a que se subordina a qualidade do ensino superior. (IAMAMOTO, 2011, p. 441)

---

brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03)

A autora segue afirmando:

Esse panorama de ensino universitário compromete a direção social do projeto profissional que se propõe hegemônica, estimulando a reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização esta categoria. (IAMAMOTO, 2011, p. 441)

O contexto de desmonte, mercantilização da educação, apresenta sérios prejuízos ao projeto de formação que foi discutido ao longo deste capítulo. “Esta expansão desordenada e sem critérios, trás grandes desafios para o projeto de formação profissional e para a implementação das Diretrizes Curriculares, para o exercício profissional, e para as relações de trabalho e condições salariais” (CFESS, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - AFINAL DO QUE SE TRATAM OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL?

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que o Serviço Social renovou-se no âmbito teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. O conjunto normativo da categoria profissional, como a Lei de Regulamentação, Código de Ética, as Diretrizes curriculares constituem outro pilar de fomento aonde é possível materializar o Projeto Profissional, construído coletivamente, entendendo a questão social como objeto de intervenção do assistente social. Iamamoto (2014, p. 12), afirma que:

A compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica. Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido integridade na dinâmica societária da qual é parte e expressão.

A compreensão acerca dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social se dá por uma dupla dimensão:

Em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social no marco das forças societárias como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos *sujeitos sociais que a constroem e a vivenciam*. (IAMAMOTO, p.57)

Significa, portanto, que a compreensão dos fundamentos é informada pela perspectiva da totalidade histórica, nas particularidades que assumem as conjunturas sociais, políticas e culturais. Somente neste solo histórico, é que se é possível, apreender as particularidades do Serviço Social, seu modo de ser e pensar, incorporado ao longo de sua trajetória.

Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado -, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. (IAMAMOTO, 2014, p. 11)

Sendo assim, só se é possível desvendar a profissão e seu modo de atuar, de pensar e de se constituir através de uma análise que considere essa profissão inserida no processo sócio-histórico. Assim, é preciso entender a profissão como um produto histórico, compreendendo assim, o pensamento que pensa a profissão. Dessa forma, segundo Iamamoto (2014, p. 15) “as dimensões históricas, teóricas e metodológicas passam a ser tratadas de forma indissociáveis e complementares nessa concepção de fundamentos do Serviço Social”. A compreensão dos fundamentos do Serviço Social perpassa pelo entendimento de três dimensões como uma unidade: Teórico-Metodológica, Ético-Político e Técnico-Operativo.

Em síntese, a dimensão teórico-metodológica diz respeito competência histórica para apreender o movimento da realidade, identificando os limites e possibilidades para a ação profissional. A dimensão ético-político trata da competência ética no sentido de caminhar na direção dos princípios do código de ética profissional. A dimensão técnico-operativo trata do exercício profissional e os desafios de sua efetivação. Exige-se competência no sentido de escolher entre as alternativas e os instrumentais, apreendendo as mediações necessárias a passagem dos conhecimentos históricos e políticos para intervenção profissional.

A apropriação destas perspectivas são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza o projeto societário da profissão, seus vínculos de classe.

O crescimento da formação em escolas de EAD se coloca como um desafio para a categoria profissional, e exige desta, uma aproximação com as entidades representativas intuito de se estreitar as relações com a graduação e a pós-

graduação, espaço aonde se pressupõem a abordagem da temática dos fundamentos da profissão.

Coloca-se como desafio contemporâneo para a categoria profissional este projeto de profissão. Portanto, é necessário que o profissional disponha de clareza teórica e estratégias políticas, para intervir sobre o seu objeto de intervenção: “as expressões da questão social”. Batistone (2017) afirma que para tanto, é necessário um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional no uso dos aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo, uma intervenção assentada nos fundamentos do Serviço Social. Ou seja, pensar o Serviço Social neste movimento político e societário, tecendo uma trajetória de crítica e autocrítica profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos do Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** In: Revista Serviço Social - São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá/** Antônio Geraldo de Aguiar. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTONE, Rosangela. Vídeo Aula – ABEPSS ITINERANTE. Acessado em: Outubro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSCVzMdzkko>

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos/** Maria Lucia Silva Barroco. – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo Moraes dos Reis. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: CRESS 7ª Região. (Org). Assistente Social: Ética e Direitos. Rio de Janeiro: 2008 (Coletâneas de Leis e Resoluções, v. I).

BRAZ, Marcelo Moraes dos Reis. Teixeira, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social.** Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO.** Brasília, DF: CFESS, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 91, ano XXVIII, setembro, Cortez Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**, volume 1/ Myriam Veras Baptista, Odária Battini. – São Paulo: Veras Editora, 2009.

Guerra, Yolanda. Reperti, Gustavo. Filho, Antônio Andrade. Silva, Platini Boniek Sardou da. Alcantara, Elton Luiz da Costa. Atribuições, Competências, Demandas e Requisições: o trabalho do assistente social em debate. Texto apresentado no XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **A instrumentalidade do Serviço Social**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valéria. COELHO, Marilene. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: Contribuições à sua crítica**. In: Coletânea do Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris , 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela lamamoto, Raul de Carvalho. – 33. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A questão social no capitalismo**. Texto base de palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, Universidade de Brasília – UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social/ Marilda Villela lamamoto**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional/ Marilda Villela lamamoto. – 21. Ed. – São Paulo. Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista/ Marilda Villela lamamoto. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

\_\_\_\_\_. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** Texto base da conferência magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Asssitente Social na atualidade.** In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão. CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Texto base da conferência pronunciada no VII Seminário Anual de Serviço Social promovida pela Cortez Editora, realizado em Tuca, em São Paulo, no dia 12 de maio de 2014.

IANNI, Octávio. **A Construção da Categoria.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2011.

Marx, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. I vol. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (1867).

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Revista Serviço Social – São Paulo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de Serviço social; v.1).

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**/ José Paulo Netto – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**/ José Paulo Netto – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

\_\_\_\_\_. **Cinco notas a propósito da questão social**. Texto base de palestra realizada no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, Universidade de Brasília – UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**/ José Paulo Netto – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **O serviço social e a tradição marxista.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, 1989.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx/** José Paulo Netto. 1 – ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Yasbek, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.

Certifico que a aluna Sendy Machado Costa, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado "Fundamentos do Serviço Social: Afinal do que se trata?" efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



---

Virgínia Alves Carrara  
Orientadora